

BENEDITO MACHAVA

Galo amanheceu em Lourenço Marques: O 7 de Setembro e o verso da descolonização de Moçambique*

Este artigo analisa e descreve a emergência de um grupo de resistência africana durante a insurreição colona do 7 de Setembro de 1974 em Lourenço Marques. O artigo examina a trajectória das elites africanas urbanas que lideraram o grupo de resistência (conhecido como grupo Galo), e o desenvolvimento de um imaginário político marcadamente moderado, fruto das circunstâncias específicas do meio urbano onde sempre operaram. O seu papel foi determinante na protecção das populações africanas contra o terrorismo dos insurrectos, bem como na recuperação do Rádio Clube de Moçambique, evitando deste modo o escalar da violência em Lourenço Marques.

Palavras-chave: descolonização; elites africanas; imaginário político; insurreição; Moçambique; violência.

Introdução

No dia 7 de Setembro de 1974 o novo Governo português saído do golpe de 25 de Abril reconheceu oficialmente a FRELIMO como única e legítima representante do povo de Moçambique (Bragança, 1986). O acordo assinado na cidade zambiana de Lusaka estabeleceu um governo de transição que devia preparar as condições para a declaração da independência total a 25 de Junho de 1975. O acordo ignorou as mais de duas dezenas de formações políticas (partidos e movimentos) que reclamavam um lugar nas negociações sobre a independência e o futuro do país (Souto, 2011). Enquanto a esmagadora maioria africana e a ala liberal da comunidade europeia celebrava efusivamente os acordos de Lusaka, os colonos conservadores consideraram-no uma traição do Governo português (Mesquitela, 1977: 79). Numa tentativa desesperada de deslegitimar o acordo, os colonos

* Este texto resultou parcialmente da participação do autor num projecto de pesquisa financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia – PTDC/AFR/103057/2008.

conservadores enfurecidos ocuparam o Rádio Clube de Moçambique (estação radiofónica nacional) e o aeroporto na capital Lourenço Marques, autoproclamando-se Movimento de Moçambique Livre (MML). Durante os quatro dias que se seguiram à tomada do Rádio Clube, de 7 a 10 de Setembro, Lourenço Marques foi assomada por uma onda de violência que reclamou “largas centenas de mortos” (Cardoso, 2014: 303).

Embora muito tenha sido escrito sobre os acontecimentos de 7 de Setembro, sabemos ainda muito pouco sobre a forma como a população africana de Lourenço Marques reagiu à insurreição colona.¹ Grande parte dos estudos que se debruçam sobre o período de transição para a independência de Moçambique, entre memórias autobiográficas, monografias e artigos, oferecem quatro perspectivas sobre o 7 de Setembro. Uma é a perspectiva dos insurrectos que, em reacção aos Acordos de Lusaka, decidiram tomar de assalto o Rádio Clube (Saavedra, 1975; Mesquitela, 1977; Passos, 1977; Bernardo, 2003). A segunda é a perspectiva da liderança da FRELIMO que, estando ainda em Lusaka, sentiu-se traída perante os acontecimentos de Lourenço Marques e as suas possíveis implicações para os termos de transferência de poderes então assinados na capital zambiana (Couto, 2011). A terceira perspectiva é a do Exército colonial português que, estando dividido entre a oposição e o apoio aos insurrectos, acabou chamando para si a responsabilidade de pôr termo à insurreição (Cardoso, 2014). Por fim, a quarta perspectiva diz respeito ao sector colonial progressista, que desde princípios da década de 70 vinha assumindo uma posição cada vez mais anticolonial e, depois do 25 de Abril, passou para uma posição claramente independentista e pró-FRELIMO (Santos, 2006a e 2006b; Souto, 2011).

O objectivo deste artigo é oferecer uma quinta dimensão, a dos protagonistas africanos de Lourenço Marques durante os tumultos de 7 de Setembro. O artigo examina e descreve a emergência de um grupo de contra-insurreição liderado por elites africanas urbanas de Lourenço Marques, sedeadas no bairro suburbano da Mafalala, que desempenhou um papel importante na supressão da insurreição colona entre 7 e 10 de Setembro de 1974. *Galo, galo amanheceu* surgiu como uma senha que devia ser usada pelos membros da contra-insurreição, cuja sede encontrava-se na casa de Nuno e Teresa Caliano, na Mafalala. Um exame das dinâmicas sociopolíticas que levaram ao surgimento do *Galo, galo amanheceu* (daqui em diante

¹ Reconheço que as categorias raciais e de classe, branco/negro, europeu/africano, elites/massas raramente permitem capturar na sua essência a complexa configuração dos estratos sociais em Moçambique, sobretudo nos espaços urbanos. Ao longo do texto estas categorias se imiscuem, mas há poucas alternativas no espaço deste artigo para uma representação mais fiel que não torne difícil entender o argumento que se pretende avançar.

Galo) permite reler os vários alinhamentos que dominaram a cena política em Moçambique no período conturbado da transição para a independência.

Alguns membros do grupo Galo eram militantes clandestinos da FRELIMO desde a criação do movimento nacionalista em 1962. Outros eram soldados no Exército colonial português, alguns na reserva e outros ainda em serviço. Mas a grande maioria parece ter aderido a partir das várias células de esclarecimento e mobilização postas a funcionar pelos grupos pró-FRELIMO logo após o 25 de Abril. A posição anti-FRELIMO do sector colonial mais radical, integrando grupos extremistas e paramilitares, bem como do movimento Frente Independente de Convergência Ocidental – FICO (todos integrantes do MML), também teve um efeito na popularidade da FRELIMO entre a população africana de Lourenço Marques e arredores. Tudo leva a crer que a euforia da liberdade, a esperança do fim do regime colonial, a confrontação aberta entre os grupos contra e pró-FRELIMO tenham reavivado a memória das humilhações coloniais entre a população africana de Lourenço Marques. É neste quadro que se pode situar a grande onda de violência que os africanos levaram a cabo entre 7 e 10 de Setembro, e mais tarde a 21 de Outubro, em resposta à ainda mais brutal actuação dos grupos coloniais extremistas paramilitares. Mas a violência do 7 de Setembro foi, em geral, um efeito “natural” do fim de um regime colonial que sempre assentou na violência. Como sublinhou Frantz Fanon, a descolonização é sempre um fenómeno violento (2004: 35).

Com a crescente popularidade da FRELIMO, especialmente na cidade capital, a actuação dos colonos conservadores passou do radicalismo político ao terrorismo urbano e inconsequente, provocando a ira da população africana. Esta, por sua vez, respondeu com o mesmo nível de violência. Munidos de catanas, machetes e paus, as populações suburbanas procuraram marchar em direcção à cidade ‘branca’, deixando uma névoa de destruição e morte por onde passavam. Porém, o nível de violência teria sido muito maior se as populações em fúria tivessem chegado ao centro da cidade. Milhares de colonos se haviam aglomerado nas ruas, sobretudo em frente ao Rádio Clube. O encontro entre as populações e os colonos (munidos de armas convencionais) teria resultado num verdadeiro mar de sangue. Foi a retomada da Rádio e o silenciamento dos locutores insurrectos que preveniu tal catástrofe.

No entanto, a forma como os militantes clandestinos da FRELIMO se organizaram para retomar a rádio a partir da Mafalala e a rede de contactos que se estendia a vários bairros do chamado “caniço” ainda não foram objecto de análise. Tomando como ponto de partida a resistência organizada a partir da Mafalala, este artigo explora o imaginário político

que animou as elites africanas da cidade capital e as impeliu a formar um movimento de contra-insurreição. Defendo que a militância clandestina a favor da FRELIMO em Lourenço Marques não significa que tivesse havido uma comunhão no imaginário político entre os revolucionários da Frente de Libertação e as elites africanas da capital. Nas condições especificamente distintas do meio urbano da capital colonial moçambicana floresceu entre estas elites um imaginário político marcado por um nacionalismo moderado. Embora muitos militantes clandestinos da FRELIMO em Lourenço Marques vissem o seu trabalho político como parte da luta de libertação encabeçada pela Frente de Libertação, quase todos desconheciam os alicerces ideológicos que se vinham consolidando na Frente, que desde 1969-70 passara de um movimento puramente nacionalista para uma verdadeira frente revolucionária de orientação marxista (Brito, 1991: 138-153). Nos últimos anos da guerra, a FRELIMO passou a assumir posições cada vez mais exclusivistas e vanguardistas, que haviam de se confirmar e consolidar a partir dos primeiros anos da independência (Darch e Hedges, 1998; Machava, 2011). Parte da tensão que veio a existir entre a FRELIMO e algumas elites africanas de Lourenço Marques logo após a tomada de posse do governo de transição deveu-se ao descompasso ideológico que a distância e muitas outras barreiras criaram entre os que lutavam de armas no norte do país e os que mobilizavam militantes e fundos de forma clandestina no Sul. A heterogénea composição do grupo Galo da Mafalala é um claro indicador de que, por inerência das circunstâncias, desenvolveram-se entre as elites africanas de Lourenço Marques formas de ver e pensar o futuro de Moçambique distintas da FRELIMO.

Este artigo combina a leitura de fontes arquivísticas, impressas (sobretudo jornais), biografias e uma série de entrevistas e depoimentos de antigos militantes clandestinos e alguns protagonistas da Operação Galo. Em 2011 entrevistei, juntamente com Maria Paula Meneses, alguns antigos soldados africanos ao serviço do Exército colonial em Moçambique e militantes clandestinos da FRELIMO.² Em Agosto de 2014 Aurélio Le Bon, um dos líderes do grupo Galo, convidou-me a ajudá-lo na organização do livro sobre a Operação Galo. Isto me permitiu acesso a uma série de depoimentos de antigos militantes do Galo, por si recolhidos nas instalações da Rádio Moçambique.³

² Estas entrevistas foram feitas no âmbito do projecto “Estilhaços do Império”, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, sob coordenação de Maria Paula Meneses.

³ Agradeço a gentileza do Sr. Le Bon que me permitiu usar os depoimentos, antes mesmo da publicação do seu livro sobre a Operação Galo.

Luta clandestina e o imaginário político da elite africana de Lourenço Marques

O nível de desenvolvimento de Lourenço Marques em relação ao resto do país possibilitou a existência de uma pequena elite africana urbana. A bifurcada cidade capital era dividida entre o moderno e ordenado cimento (ou *xilunguine*), exclusivamente reservado à população europeia, e o “caniço”, labiríntico, sem saneamento, e de construções precárias onde se apinhava a maioria africana como reserva de mão-de-obra barata para o cimento (Penvenne, 1995). Entre 1960 e 1970 o número de habitantes nos subúrbios de Lourenço Marques passou de cerca de 123 000 para 360 000 (Sopa, 2013: 36). Era aqui que morava a pequena elite africana. De facto, o que os distinguiu da maioria era um certo nível escolar e uma formação profissional que lhes garantia posições subalternas nos serviços da administração colonial, como professores nas escolas indígenas, intérpretes, enfermeiros, escriturários, guarda-livros, entre outros (Honwana, 2010). Uma parte deles havia adquirido o estatuto de assimilado como uma estratégia para escapar dos impedimentos de promoção social a que estava voltada a maioria da população considerada indígena, sobretudo o acesso à educação (Hedges e Rocha, 1999: 108-109). Foi entre esta pequena elite africana (assimilados e não assimilados, negros e mestiços), que emergiu e cristalizou-se o sentimento anticolonial e nacionalista entre finais da década 50 e princípios da década 60. E seria desta elite que sairia grande parte dos jovens nacionalistas que se juntaram à FRELIMO em Dar-es-Salaam em sucessivas vagas de fugas clandestinas a partir de 1962-63 (Tembe e Gaspar, 2014: 57).

Embora Lourenço Marques tenha sido palco de intensa actividade e contestação política desde a geração de *O Brado Africano* dos Albasini até aos jovens do Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique, a visita de Eduardo Mondlane em 1961 galvanizou grande parte da elite africana, sobretudo a juventude estudantil da cintura Lourenço Marques-Gaza.⁴ Pode argumentar-se que grande parte da actividade clandestina de cariz marcadamente nacionalista começou nessa altura, e intensificou-se depois da fundação da FRELIMO um ano depois. No bairro da Mafalala e arredores, Amaral Matos e Nuno Caliano da Silva foram alguns dos primeiros militantes clandestinos da FRELIMO. Quando a FRELIMO decidiu criar a IV Região Militar, a fim de lançar as bases para o desencadeamento da luta armada no sul de Moçambique, Amaral Matos e Nuno Caliano, juntamente com José Craveirinha, Malangatana Valente, Luís Bernardo Honwana, Abner Sansão Muthemba, entre outros, desempenharam um importante trabalho de mobilização e propaganda a fim de angariar fundos,

⁴ Sobre o impacto dessa visita de Eduardo Mondlane, ver Manghezi (2001: 187-210).

conquistar simpatizantes e potenciais militantes. Matias Mboa refere nas suas memórias que quando foi enviado a Lourenço Marques em 1964 como chefe do Comando Operacional da IV Região Militar, em coordenação com Joel Maduna Xinana, comissário político da IV Região, o seu trabalho consistia em consciencialização política, distribuição de panfletos sobre a FRELIMO e formação de núcleos políticos (Mboa, 2009: 22-24).

No entanto, num depoimento de 1991, Amaral Matos reconhecia que os chefes das células clandestinas na cidade não se encontravam com frequência, podendo ter intervalos de meses entre esporádicos encontros (Matos, 1991: 130). De facto, um dos primeiros aspectos que salta à vista nos depoimentos dos combatentes da clandestinidade é a dificuldade que havia em manter as linhas de comunicação com Dar-es-Salaam. O cerco montado pela PIDE fazia do trabalho de mobilização na capital e em toda a região sul da colónia um verdadeiro calvário. A situação ficou ainda mais difícil depois das massivas prisões de finais de 1964 e princípios de 1965, das quais resultou o desmantelamento da IV Região (Cruz e Silva, 1990). As prisões continuaram a verificar-se regularmente até 1970-72, o que deixou uma grande fissura entre a frente nacionalista sedeadada na Tanzânia e os militantes clandestinos de Lourenço Marques (Brito, 1991: 84). Depois das prisões em Lourenço Marques e do “sequestro” dos 75 “refugiados moçambicanos” na Suazilândia, todos recambiados para as várias cadeias da PIDE (em particular a penitenciária da Machava), houve um grande refreamento na fuga de jovens para se juntarem à FRELIMO. Estes golpes, que resultaram na quebra parcial dos contactos entre o sul de Moçambique e a FRELIMO, aconteceram numa altura em que a Frente de Libertação ainda não tinha amadurecido ideologicamente e se encontrava a braços com a conflituante coexistência de várias tendências ideológicas e nacionalistas, que culminaram com a grande crise interna de 1968. Os líderes da luta clandestina em Lourenço Marques, quase na sua totalidade presos entre 1964 e 1965, e em sucessivas vagas até 1970-72, não acompanharam as lutas ideológicas dentro da FRELIMO. Muito menos o crucial processo de “radicalização do movimento a partir de 1968, da qual nasceu o projecto de construção do socialismo em Moçambique independente” (*ibidem*: 90-91).

Enquanto a FRELIMO se consolidava como uma frente de orientação marxista de cariz revolucionário, em Lourenço Marques o imaginário político dos nacionalistas clandestinos e das elites africanas que continuavam a ganhar consciência política foi tomando características próprias. A distância entre Dar-es-Salaam e Lourenço Marques, ferozmente imposta e guarnecida pela PIDE, era muito grande. Duas importantes arenas condicionaram e enformaram o imaginário político das elites africanas da capital: a cadeia

da Machava e a interacção cada vez maior entre as elites africanas e o grupo progressista de intelectuais europeus antifascistas, designados Democratas de Moçambique.

Muitos antigos presos políticos que passaram pela penitenciária da Machava consideram a cadeia a sua “escola nacionalista.” Do contacto com outros presos politicamente mais maduros e militantes de primeira linha da Frente de Libertação, muitos presos vieram a conhecer a FRELIMO e os objectivos da sua luta. O exemplo do enfermeiro Gonçalves Chachuaio é um caso ilustrativo. Condenado a 6 anos de prisão na penitenciária da Machava em Dezembro de 1965, Chachuaio envolveu-se ali com questões políticas pela primeira vez. Partilhou a cela com vários nacionalistas presos. Foi a partir desses contactos que Chachuaio conheceu os estatutos e o programa da FRELIMO, viu pela primeira vez as cores da bandeira do partido e ouviu os hinos da luta.⁵ De facto, a penitenciária, enquanto espaço de violência por excelência, era também uma importante arena de consciencialização e actividade política.⁶ Nas palavras de um outro preso político, Amós Mahanjane, foi grande a actividade de consciencialização política entre os prisioneiros: “aqueles que entraram e que não tinham nada a ver com política, incluindo religiosos, se tornaram políticos” (Mussanhane, 2012: 137).

Durante o período de cárcere, com raras excepções, os prisioneiros perderam o rasto da evolução da luta armada e as transformações por que passou a Frente de Libertação. Todos os antigos presos políticos da Machava que entrevistei foram unânimes em afirmar que durante a sua prisão não tinham meios de saber notícias sobre a evolução da FRELIMO.⁷ Os presos que foram soltos antes de 1974 não voltaram a desempenhar qualquer actividade política até ao golpe de 25 de Abril. Como afirmou Rui Nogar, solto em 1968, “outra actividade não tivemos, até porque não havia orientações muito claras em relação à luta. A Frelimo que lutava estava ainda muito distante” (Chabal, 1994: 177). Abner Sansão Muthemba, solto em 1969, reforça: “durante os três anos passados sob vigilância fora da cadeia não podíamos sair da cidade sem autorização da polícia nem sequer chegar, por exemplo, ao Bairro da Machava. Todas as quartas-feiras eu devia apresentar-me à PIDE” (Mussanhane, 2012: 204). Muitos eram evitados pelos amigos e vizinhos, por medo de serem implicados e importunados pela PIDE, como conta Albino Magaia: “depois de sairmos da cadeia,

⁵ Entrevista com Gonçalves Chachuaio, ex-presos político na Machava. Maputo, 5 de Junho de 2011.

⁶ Para uma compreensão do cativo como um espaço de fermentação do imaginário político entre detidos em África colonial, ver Peterson (2008); Alexander (2011); e Butman (2003).

⁷ Entrevista com ex-presos políticos Francisco Muchave, Ananias Tivane e Zefanias Mangué, Xai-Xai, a 14 de Dezembro de 2014.

houve pais que aconselharam os filhos a não contactar comigo porque era perigoso. Os vizinhos também afastaram-se, tinham medo de mim” (*ibidem*: 97). Os que conseguiram singrar nos empregos ou nos estudos (alguns com a ajuda da própria PIDE) descobriram que embora a situação fosse difícil, começavam a abrir-se algumas brechas no sistema colonial que davam algumas possibilidades materiais e sociais nunca antes sonhadas para os africanos.⁸ Quase ninguém que havia sido preso e solto depois de 1965 conseguiu fugir para se juntar à FRELIMO.

Muitos dos primeiros panfletos que continham o programa e estatutos da FRELIMO com os quais os combatentes da clandestinidade em Lourenço Marques trabalhavam eram da época do I Congresso. Uma comparação com o programa e estatutos revistos depois do II Congresso de 1968 revela uma profunda transformação da FRELIMO em resultado do avanço e desafios da luta armada.⁹ Como acima referi, a liderança da FRELIMO que saiu reforçada depois do II Congresso tinha uma inclinação marcadamente marxista e revolucionária. Era revolucionária no sentido em que já não via a luta como um simples passo para a liquidação do colonialismo, mas como um processo para a transformação radical da estrutura socioeconómica de Moçambique. A partir de 1970, toda a análise política da FRELIMO sobre a situação de Moçambique assentava numa ideologia marxista, em que todos os aspectos sociais, políticos e económicos eram analisados em termos de contradição de classes e em vocabulário revolucionário (Brito, 1991: 148). Nem na prisão, nem nos limitados espaços de actuação política que ainda restavam em Lourenço Marques, a maturação política dos africanos ganhou tendências revolucionárias. Para muitos, o grande objectivo da luta continuava a ser a liquidação do regime colonial e o ascender à independência. A cada vez maior interacção entre a ala progressista da comunidade europeia e as elites africanas da capital reforçou e enformou esse imaginário político moderado.

A interacção entre os Democratas de Moçambique e as elites africanas de Lourenço Marques intensificou-se durante o período da repressão da PIDE. Um dos momentos mais importantes dessa aliança foi o julgamento em Março de 1966 dos militantes da FRELIMO que haviam sido presos entre 1964 e 1965, no âmbito da frustrada tentativa de montar a IV Região. Apesar de a maioria ter sido condenada pelo tribunal militar, a actuação dos advogados que se bateram pela sua defesa constituiu um ato notável de

⁸ Entrevista com Pedro Bule, por Clinarete Munguambe, Maputo, a 3 Maio de 2013. Entrevista com Aurélio Le Bon, Maputo, a 20 de Julho de 2012.

⁹ Para uma comparação do programa e estatutos da FRELIMO, ver Reis e Muiane (1975: 47-65), que contém o programa e estatutos revistos depois do II Congresso; e Tembe e Gaspar (2014: 73-84), que apresenta os estatutos e programas do I Congresso de 1962.

desafio à ordem colonial (Souto, 2007: 372). Os Democratas viam na defesa daqueles militantes um ato de afirmação da sua posição política antifascista. Para as elites africanas, a aliança com os europeus liberais era um importante escape às limitações impostas pela PIDE e pela subjugação racial própria da sociedade colonial, não apenas para actividades políticas mas também para a criatividade cultural e artística.

Nos momentos conturbados, mas também excitantes da actividade política entre finais dos anos 50 e princípios de 60, houve grandes amizades entre algumas elites africanas e europeus progressistas, com profundas implicações na formação do pensamento político em ambas as partes. Por exemplo, pessoas como Luís Bernardo Honwana, Albino Magaia e Malangatana Valente mantiveram fortes laços de amizade com progressistas como Pancho Guedes, Bertina Lopes, Virgílio de Lemos, Rui Nogar, entre outros. Este constituía, em grande parte, o mesmo ciclo de amizades que se estendia até ao bairro da Mafalala onde residiam Amaral Matos e Nuno Caliano (líderes do grupo Galo).

É preciso enfatizar que, do ponto de vista formal, não houve uma aliança política entre os Democratas enquanto grupo de oposição e os nacionalistas da clandestinidade enquanto militantes da FRELIMO. Como alerta Amélia Souto, a repressão da PIDE e a sua infiltração nas células clandestinas tinha “tornado extremamente difícil qualquer contacto político directo com eles por membros fora do grupo” (*ibidem*: 367). Rui Baltazar, membro dos Democratas, foi um dos únicos que conseguiu participar no primeiro encontro com os elementos da FRELIMO aquando da sua tentativa de penetração no Sul, devido à grande amizade com alguns elementos nacionalistas, nomeadamente Rui Nogar (*ibidem*: 368). A aliança entre europeus progressistas e as elites africanas deu-se mais ao nível das relações e contactos pessoais, bem como na percepção mútua de que todos estavam no mesmo lado da trincheira contra o regime colonial-fascista. Foi esta aliança que definiu a natureza do imaginário político que inspirou e sustentou o grupo Galo em Setembro de 1974. A liderança do Galo vislumbrava um Moçambique independente no qual africanos e europeus haviam de juntar forças na construção de um país novo. E essa independência não significava um corte radical com Portugal, mas a reconfiguração das relações entre o novo país e o antigo poder colonial. Para melhor entendermos este posicionamento, é importante examinar detalhadamente o imaginário político dos Democratas e a forma como ele influenciou o pensamento político das elites africanas logo depois do 25 de Abril, altura em que todos os grupos começaram a expor publicamente os seus ideais políticos.

O 25 de Abril e a efervescência política em Lourenço Marques

Muitos colonos celebraram efusivamente a queda de Marcelo Caetano, pois o fim do fascismo significava o fim de meio século de ditadura em que boa parte das liberdades civis se encontravam suprimidas. Mas era uma celebração ambígua, pois a grande maioria dos colonos devia a sua posição social e os privilégios da sua condição de cidadãos de primeira ao regime colonial.¹⁰ Mas o que mais aterrorizava a maioria dos colonos, em particular os conservadores, era a ideia de um “preto” vir a governar Moçambique. A ideia de que a FRELIMO era um bando de terroristas estava enraizada na consciência de muitos, resultado de uma sistemática propaganda colonial e do silêncio sobre a natureza da guerra. O suposto “comunismo” dos “turras” era outra causa de grande assombração (Rita-Ferreira, 1988; Thomaz e Nascimento, 2012).

Para a maioria africana o significado do golpe era pouco claro.¹¹ Foi preciso uma intensa actividade de mobilização e esclarecimento levada a cabo por simpatizantes da FRELIMO para a maioria africana compreender a real dimensão da situação política da colónia (Mboa, 2009: 52). Para as elites africanas o golpe era uma clara oportunidade para se lançarem na luta pela autonomia de Moçambique. Foram justamente as elites africanas que criaram os primeiros movimentos políticos e assumiram publicamente um posicionamento em relação ao futuro do país, como o caso do Grupo Unido de Moçambique (GUMO), liderado por Máximo Dias e Joana Simeão.¹² Da leitura dos jornais da época ressalta a emergência de múltiplos grupos e movimentos políticos pelo país, a partir de Maio de 1974, especialmente em Lourenço Marques, na Beira e em Nampula.

No fervor das exaltações políticas do pós-25 de Abril que passaram a dominar Lourenço Marques e Beira, e à medida que iam decorrendo as conversações entre o Governo português e a FRELIMO, a aliança entre os Democratas e os vários nacionalistas, militantes e simpatizantes da FRELIMO tornou-se formal e aberta. Milagre Mazuze, ex-presos político, lembra que com a abertura política pós-25 de Abril, “reuníamos em casa dos militantes com os democratas de Moçambique; eles diziam que democrata é Frelimo” (Mussanhane, 2012: 615). Estrategicamente, o Movimento dos Democratas de Moçambique (MDM) assumiu o controlo de quase toda a imprensa, incluindo o Rádio Clube.

A 16 de Maio, uma delegação do grupo dos ex-presos políticos, líderes da luta clandestina em Lourenço Marques, fez uma importante viagem

¹⁰ “Os leitores e o golpe de Estado: duas perguntas”, *Notícias*, 28 de Abril de 1974.

¹¹ “O discurso de Spínola não chegou ao Xipamanine”, *Tribuna*, 29 de Julho de 1974.

¹² “Manifesto do GUMO”, *Notícias*, 29 de Abril de 1974.

a Dar-es-Salaam para se encontrar com a direcção da FRELIMO. Segundo Fernando Couto, a viagem teria sido feita a pedido do general Costa Gomes que queria que aquele grupo convencesse a FRELIMO a aceitar a paz e o cessar-fogo imediato. A delegação incluía Rui Nogar, José Craveirinha, Matias Mboa, Josefate Machel, Malangatana Valente e Rogério Djawana. Porém, a viagem não correu sem dissabores. Em Dar-es-Salaam

A delegação foi recebida por Joaquim Chissano no aeroporto de Dar-es-Salam, sendo “efusivamente abraçados”. Já na sede da FRELIMO a recepção será bem mais fria. Eram vistos como mensageiros do novo poder em Portugal, vindos da “zona ocupada” e portadores de mensagens e intenções pouco claras. Logo à chegada, na capital tanzaniana, um representante da FRELIMO revelou à imprensa que a sua organização estava preparada para “ouvir o que os antigos prisioneiros políticos tinham para dizer, mas que eles não se poderiam considerar como representantes da FRELIMO. (Couto, 2011: 311)

As declarações do representante da FRELIMO em Dar-es-Salaam são uma clara indicação de que a Frente de Libertação que os ex-presos políticos haviam conhecido em princípios dos anos 60 já não era a mesma. As intensas batalhas internas pelo poder, as dissidências e os desafios da luta armada haviam endurecido a liderança da Frente. Mas mais importante ainda, o facto de a Frente não ter o controlo directo dos espaços urbanos, onde a luta armada nunca havia chegado, reforçou ainda mais a desconfiança em relação a todos os movimentos políticos oriundos das cidades (Borges Coelho, 1998). Na verdade, a FRELIMO assumiu até recentemente uma posição exclusivista de que apenas os que lutaram de armas contra o regime colonial são os verdadeiros nacionalistas e legítimos representantes do povo de Moçambique (Souto, 2014: 282). Matias Mboa sublinha a ansiedade e a incerteza que assomou os ex-presos políticos na véspera do encontro com a FRELIMO em Dar-es-Salaam. E lamenta o fim da amizade que um dia o ligou a Samora Machel, com quem fugira em 1963 para a Tanzânia (Mboa, 2009: 54-57).

A 5 de Junho, um segundo grupo seguiu para Dar-es-Salaam. O grupo regressou a Moçambique com instruções sobre a necessidade de realizar campanhas de esclarecimento às populações e divulgar o programa da FRELIMO. Matias Mboa propôs e dirigiu a criação da primeira sede nacional do Partido FRELIMO, que foi construída no antigo bar Vasco da Gama, na Avenida Angola (*ibidem*: 58). Foi através destes grupos de esclarecimento que jovens como Aurélio Le Bon, Pedro Bule, Betinho Chissano, Joel Libombo, Chico Seita, Miguel da Mata, Quina Lima, entre outros, passaram a conhecer a FRELIMO e engajaram-se na sua popularização.

Apesar de terem trajectórias diferentes – uns estudantes do liceu, outros militares no Exército colonial – todos vieram a assumir um importante papel na formação do Galo.

No entanto, um exame dos discursos dos Democratas e das elites africanas permite captar um pensamento político moderado. Um pensamento em que se imaginava um Moçambique independente que mantivesse fortes ligações económicas, culturais, e até políticas com Portugal. Imaginava-se a FRELIMO no poder, mas em estreita cooperação com os elementos mais progressistas da comunidade europeia. A mais clara visão política de um Moçambique independente formulada pelos Democratas veio da pena de António de Almeida Santos, proeminente líder do grupo dos Democratas de Moçambique. Numa longa “Carta aberta aos Moçambicanos”, Almeida Santos dirigiu-se aos seus compatriotas “de origem europeia” com o intuito de esclarecê-los sobre a situação política de Moçambique e indicar as possíveis alternativas que a comunidade branca tinha: “coexistir na base do estatuto de convivência multirracial que tiver sido negociado, partir, ou deixar-se cair na tentação de um movimento de resistência tipo rodesiano.¹³” A primeira alternativa era a sua favorita, sendo que as duas últimas eram, na sua opinião, uma “rematada loucura.” Desacreditando as várias formações políticas que emergiam em Moçambique, às quais considerava “embriões de partidos que carecem de sentido”, Almeida Santos urgia os seus compatriotas a aceitarem um governo de maioria dirigido pela FRELIMO. Para ele era totalmente inútil fazer um plano de autodeterminação que não visasse a transferência de poderes à FRELIMO. Mas seria um poder partilhado. Lê-se nas entrelinhas da carta que haveria espaço para uma participação da comunidade branca (certamente os liberais) na constituição desse novo governo, e a preservação dos “equilíbrios” culturais, económicos, e governativos do regime anterior. Desconhecedor do projecto de transformação social que a FRELIMO já vinha experimentando nas chamadas “zonas libertadas” e que seria uma das bases da sua política exclusivista e vanguardista,¹⁴ Almeida Santos dizia, com convicção, que “não me parece que o primeiro governo negro possa vir a estar interessado em dismantelar os equilíbrios étnicos, económicos e directivos da época precedente. Se o fizesse, ele, que tivera o consenso do mundo, num ápice colheria o seu repúdio (*ibidem*).

Esta mensagem, que resfriava os anseios da comunidade colona em relação à natureza do governo independente de Moçambique, era também

¹³ “Carta aberta aos Moçambicanos”, *Tempo*, 12 de Maio de 1974.

¹⁴ Sobre a experimentação do projecto socialista nas zonas libertadas levada a cabo pela FRELIMO, uma espécie de incubadora para o processo de construção do futuro Estado-nação socialista, ver Brito (1991: 27-135).

um alerta à liderança da FRELIMO sobre as consequências que haviam de advir da possibilidade de um governo exclusivista que não integrasse outras forças políticas e económicas. Alguns Democratas partilhavam a esperança de uma solução federativa, que melhor possibilitasse a “preservação dos equilíbrios da época precedente” (*ibidem*), ou como diziam os conservadores “um Moçambique que se mantenha fiel às raízes portuguesas, na alma e na cultura” (Mesquitela, 1977: 116).

Na altura em que escreveu a carta Almeida Santos ainda não estava a cargo da comissão de descolonização, que poucos meses depois havia de assinar os termos de transferência de poder à FRELIMO. Em Lusaka não houve sequer espaço para colocar a possibilidade de federação. Nem sequer o longo período de transição, o qual se esperava que fosse de 3 a 5 anos. Na carta, Almeida Santos dizia que “só por impensável inabilidade se cogitaria de uma passagem do testemunho político dissociada da necessária gradação e adaptação aos novos equilíbrios sucedâneos.” E concluía que “tudo se há-de fazer com a urgência possível, mas também com a demora necessária” (*ibidem*). Ao fim, fez-se tudo com a necessária urgência e com a possível rapidez, pois a transição durou apenas 9 meses. Victor Crespo, o almirante que assumiu o cargo de alto-comissário no governo de transição, também confessou com amargura anos mais tarde que a transição durou muito pouco tempo (Crespo, 1984: 329).

Embora Almeida Santos não representasse a diversidade de posições dentro do MDM, a sua palavra era carregada de muito peso dado o grande capital social que ele tinha entre europeus progressistas e elites africanas. Pedro Bule, militante do Galo no bairro do Infulene, lembra a grande influência que Almeida Santos tinha entre os jovens da sua geração nos subúrbios da capital:

Almeida Santos teve um papel preponderante na própria pacificação, um papel fundamental. [...] Nós tínhamos um conceito de FRELIMO, que o Almeida Santos incutiu-nos, que afinal de contas muitos brancos também estavam do nosso lado. [...] A gente via a postura dos Democratas, sobretudo quando se agudizou o movimento da formação dos partidos políticos reaccionários.¹⁵

A carta de Almeida Santos teve ressonância entre as elites africanas que também partilhavam a visão de um Moçambique plurirracial que mantivesse os “equilíbrios da época precedente”, ao mesmo tempo que abria mais as oportunidades sociais para a maioria empobrecida. Domingos Arouca,

¹⁵ Pedro Bule, em depoimento a Aurélio Le Bon, Maputo, 2013.

o primeiro africano de Moçambique a graduar-se em Direito, ex-preso político e um dos mais respeitados intelectuais africanos entre a elite africana de Lourenço Marques, também publicou uma série de artigos nos jornais para acalmar os ânimos políticos que agitavam o país.¹⁶ A mensagem dos seus artigos, entre apelos à sociedade em geral assim como para a liderança da FRELIMO, não fugia muito da de Almeida Santos. Defendia a entrega do poder à FRELIMO sem delongas, porque esta representava a vontade do povo. Mas também apelava à FRELIMO para que fosse paciente para com aqueles que ainda não estavam seguros com a ideia de um governo de maioria africana. No dia 7 de Setembro, antes do início dos tumultos, Domingos Arouca afirmava:

Agora é a própria Frelimo que entre nós tem a palavra, a ela cabe aconselhar e dirigir. Neste momento em que nos sentimos todos irmãos é altura exacta de fazermos promessas pelo futuro. Evitar a violência a todo o transe, tentar compreender as ideias dos que se encontram ainda desajustados e não alcançaram ainda totalmente o que significa viver num país em que muitas ordens e valores se modificaram por completo e tendem ainda a modificar-se mais. Não podemos impor a eles, de rajada, os nossos credos políticos, porque isso seria negar o significado mais intrínseco do conceito de democracia. Mas podemos tentar o diálogo franco e aberto em que todas as dúvidas e desconfianças encontrem respostas honestas e capazes.¹⁷

Domingos Arouca queria certamente instar os colonos, sobretudo os conservadores que já abandonavam o país, a confiar na FRELIMO. Mas ao mesmo tempo queria assegurar que a FRELIMO em que ele acreditava havia de conduzir o país pelos caminhos projectados pelos ideais de convivência multirracial, inclusão participativa, tolerância, e progresso para todos. Afinal eram estes os ideais que tanto popularizaram a FRELIMO entre as elites africanas e europeus progressistas. Os primeiros nacionalistas urbanos que cedo se aperceberam da radicalização da FRELIMO e da sua tendência marxista tiveram que conter a sua decepção. No regresso da sua última visita a Dar-es-Salaam, o líder do trabalho de esclarecimento político e criação de células da FRELIMO na região sul do país, Matias Mboa, teve uma delicada conversa com o seu colega Ângelo Chichava sobre a escolha do socialismo como modelo político e económico. Estava assustado com o socialismo, que para si era “o mesmo que dizer comunismo” (Mboa, 2009: 63).

¹⁶ Sobre a trajectória política de Domingos Arouca, ver Peixoto e Meneses (2013).

¹⁷ “Combatamos demagogias falsas e oportunistas”, *Diário de Notícias*, 7 de Setembro de 1974.

Os temores de Matias Mboa viriam a confirmar-se logo depois da proclamação da independência. Mas naquele momento, nas vésperas do Acordo de Lusaka, ainda não se vislumbrava a colisão entre a visão moderada das elites africanas urbanas e dos Democratas com o exclusivismo da Frente de Libertação. Trabalhando ombro a ombro, as elites africanas e os europeus progressistas criaram as condições para a implantação da FRELIMO no sul de Moçambique. E travaram uma intensa batalha contra o reduto colonial extremista, do qual foram vítimas de perseguição e atentados de morte.

A 23 de Junho, o advogado Pereira Leite, do MDM, saiu ileso num atentado bombista ao seu carro.¹⁸ Cinco dias depois, o *Self* (a cantina dos estudantes universitários) foi vandalizado pelos extremistas da Associação Moçambicana Armada, que tentava destruir a bandeira da FRELIMO ali hasteada). Os jornais *Tribuna*, *Notícias* e *Tempo* também foram vítimas de uma série de ataques bombistas. O terrorismo urbano dos extremistas paramilitares, sobretudo a perseguição dos membros do MDM, da LEMA e dos líderes do trabalho de esclarecimento, recrudescceu depois da realização, a 4 de Agosto, de um comício em apoio à FRELIMO na Praça de Touros.¹⁹ E foi neste clima tenso que se iniciou a última etapa das negociações entre o Governo português e a FRELIMO, em inícios de Setembro em Lusaka. Procurando apoiar a FRELIMO, um segundo comício foi organizado no Estádio Salazar (hoje Estádio da Machava).

Ao saberem do grande comício, os Dragões da Morte dirigiram-se ao estádio. Certamente pretendiam abrir fogo contra a multidão, como viriam a fazer nos subúrbios horas depois. Os manifestantes dispersaram-se ao saber que os “reaccionários” estavam a caminho.²⁰ Alguns dos principais líderes do MDM e da LEMA não mais puderam voltar para as suas casas no cimento. Muitos refugiaram-se no “caniço”, em particular na Mafalala. António Sumbana, Ângelo Chichava, Albino Magaia, entre outros ex-presos políticos que mantinham uma ligação directa com a FRELIMO, também foram ameaçados de morte e tiveram que fugir.²¹ A casa de Sumbana, que servia de sede aos militantes da FRELIMO, foi vandalizada e muito material de propaganda destruído.²² Matias Mboa encontrava-se já em Lusaka.²³

¹⁸ “Os Democratas de Moçambique denunciam atentado contra Dr. Pereira Leite”, *Notícias*, 22 de Junho de 1974.

¹⁹ “Na Praça de Touros: Grandiosa manifestação de apoio à FRELIMO”, *Tribuna*, 5 de Agosto de 1974.

²⁰ Pedro Bule, em depoimento a Aurélio Le Bon, Maputo, 2013.

²¹ Albino, por exemplo, fugiu para Suazilândia (Mussanhane, 2012: 99).

²² Entrevista com Aurélio Le Bon, Maputo, 20 de Julho de 2012.

²³ Matias Mboa em depoimento a Aurélio Le Bon, Maputo, 2013.

Os militantes que mantinham directa comunicação com a FRELIMO e recebiam orientações a partir de Dar-es-Salaam haviam abandonado Lourenço Marques nas vésperas do 7 de Setembro. Embora Amaral Matos e Nuno Caliano fizessem parte da liderança dos militantes da FRELIMO, não comunicavam directamente com a FRELIMO. Mas por terem permanecido na cidade em ebulição, acabaram assumindo a responsabilidade de acolher os europeus que fugiam dos terroristas e dirigiram as estratégias de defesa dos subúrbios contra as investidas chacinadoras dos extremistas paramilitares. Foi nesse contexto que emergiu o grupo Galo da Mafalala.

A Base Galo da Mafalala

Revoltada com a tomada do Rádio Clube, que cheirava a golpe contra a FRELIMO, Gabriela Valério foi ter com o namorado, Aurélio Le Bon, nas primeiras horas do dia 8, trazendo duas facas. Entregou uma ao Le Bon, instando-o a “fazer alguma coisa.” Ambos decidiram ir ter com os líderes dos grupos de esclarecimento, Matias Mboa (na Matola) e António Sumbana (no Xipamanine). Não os encontrando, resolveram ir a Mafalala, onde haviam participado de algumas reuniões na casa de Nuno Caliano. Aqui encontraram um grupo de cerca de 10 pessoas a discutir sobre os recentes acontecimentos. Entre os presentes, Aurélio Le Bon e Teresa Caliano recordam-se de Amaral Matos, Orlando Machel (irmão de Samora Machel), Alberto (Betinho) Chissano (irmão de Joaquim Chissano), Quina Lima e Miguel da Mata. Todos lamentavam a falta de orientações da FRELIMO perante a situação e a ausência dos principais líderes. Preocupava-os acima de tudo a necessidade de proteger os subúrbios dos ataques dos colonos extremistas, bem como a necessidade de conter a possível ira da população africana. Para Gabriela, Le Bon, na qualidade de Comando, podia ajudar o grupo “a pensar estratégias de reacção com alguma perspectiva militar, algo como protecção e vigilância sobretudo dos bairros.”²⁴

Assim nasceu o grupo Galo da Mafalala, que transformou a casa do casal Caliano em Base Galo. No entanto, importa fazer uma análise dos condicionalismos que deram ao grupo Galo a composição que ele teve. Acima examinei o contexto da emergência do imaginário político das elites africanas, que no grupo Galo eram representadas sobretudo por Amaral Matos (que assumiu a liderança do grupo), por Nuno Caliano, e por uma série de jovens estudantes (africanos e europeus) que assumiram papéis importantes no grupo. Contudo, uma componente importante do grupo Galo foi a participação de jovens militares do Exército português. Foram

²⁴ Depoimento de Aurélio Le Bon para o livro sobre a Operação Galo, Maputo, 2012.

eles que, sob coordenação de Aurélio Le Bon, ajudaram a organizar os aspectos militares do grupo Galo.

Le Bon havia regressado a Lourenço Marques logo após o 25 de Abril, vindo de Tete, onde havia servido como Comando no Exército colonial de 1971 a 1974. Foi na guerra que Le Bon, um mestiço de Marracuene, soube pela primeira vez da existência da FRELIMO e do significado da sua luta.²⁵ O seu caso é muito comum entre os milhares de africanos recrutados para o Exército colonial. Muitos foram à guerra sem sequer saber quem era o inimigo. No máximo sabiam que iam combater uns “turras” que estavam a destabilizar o norte da província ultramarina.²⁶ Mas isso não os fez simples colaboradores do sistema colonial, do qual eles eram também vítimas. Foi no Exército colonial, no campo de batalha, que jovens como Le Bon, Pedro Bombe e Vasco Sono despertaram para a natureza política do conflito. Foi na guerra que eles viram pela primeira vez a bandeira e os símbolos da FRELIMO. Alguns chegaram a furtivamente ouvir em onda-curta a *Voz da Revolução* emitida pela guerrilha a partir da Tanzânia.

Para a compreensão do contexto do surgimento e a composição do Galo, há dois elementos da contra-insurgência portuguesa que importa explicar. Primeiro, a contra-insurgência portuguesa resultou numa massiva militarização da sociedade, sobretudo através do grande recrutamento para o serviço militar e a existência de uma significativa parcela da população de Moçambique (europeia e africana) com posse e capacidade de manejar armas de fogo (Borges Coelho, 2002 e 2003). Embora as principais cidades no centro-sul de Moçambique tenham estado para além do alcance da guerrilha, muitos cidadãos, incluindo africanos, foram mobilizados a servir na Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil (OPVDC), uma espécie de milícia colonial. Nestas unidades paramilitares as pessoas eram instruídas a manejar armas de fogo e a fazer operações de caça ao homem e vigilância contra supostos terroristas.²⁷ Nos tumultuosos dias que se seguiram ao 25 de Abril, as cidades de Moçambique conheciam um elevado nível de militarização, pois muitos civis tinham em sua posse armas de fogo. A situação piorou com o retorno, sobretudo para Lourenço Marques e Beira, das várias unidades militares vindas dos palcos de guerra. E a posse de armamento, quer por parte dos membros da OPVDC, quer dos soldados, não definia claramente a sua posição política. Muitos dos que

²⁵ Entrevista com Aurélio Le Bon, Maputo, 20 de Julho 2012.

²⁶ Entrevista com Pedro Bombe, ex-tropa colonial, Maputo, 4 de Maio de 2011; Entrevista com Vasco Sono e Mário Tembe, ex-tropas coloniais, Maputo, 6 de Maio de 2011.

²⁷ Secretaria-Geral da Província de Moçambique. Relatório Sucinto. Maio de 1972. AHM/FGG, cx. 2187, p. 7.

simpatizavam e apoiavam a FRELIMO juntaram-se ao grupo Galo, levando as próprias armas consigo. Os que viam os Acordos de Lusaka como uma traição juntaram-se aos insurrectos do Rádio Clube.

Segundo, a contra-insurgência exacerbou a segregação dos subúrbios, em particular na capital. Os subúrbios de Lourenço Marques eram tidos pela PIDE como sendo as maiores fontes de apoio à FRELIMO, em termos de capital humano e financeiro. Para além do policiamento cerrado instalado nestas áreas, onde a PIDE tinha milhares de informadores secretos e onde havia constantes rusgas policiais, a mobilidade dos africanos na cidade de cimento tornou-se cada vez mais difícil. Por exemplo, em 1968 o comandante-chefe do Exército sugeriu a instalação de um arame farpado para separar os subúrbios da cidade de cimento com o propósito de defender a cidade da subversão política que crescia na chamada “cintura negra.”²⁸ A PIDE se opôs à sugestão, pois acreditava que ela punha em risco outras estratégias em curso naquelas áreas que visavam recuperar as mentes e os corações dos nativos. Não obstante, a alienação do “caniço” em relação ao impressionante desenvolvimento do cimento piorou consideravelmente até princípios da década de 1970, ao mesmo tempo que aumentava a consciencialização política (Souto, 2007: 282). Depois de servir o Exército colonial, muitos africanos recrutados em Lourenço Marques regressavam para os mesmos bairros suburbanos empobrecidos. A diferença é que eles regressavam transformados pela experiência da guerra. Os rumores que alguns teriam ouvido antes de rumar ao norte eram agora realidade. Em certos casos, alguns soldados regressavam para os mesmos bairros onde figuras proeminentes da FRELIMO haviam vivido e ainda tinham lá família, como é o caso do bairro da Mafalala onde os parentes de Samora Machel, de Joaquim Chissano e de Armando Guebuza viviam. Isto facilitou a integração destes elementos desmobilizados da tropa colonial no movimento do Galo que se bateu contra as investidas chacinadoras que as unidades paramilitares dos Dragões da Morte e da AMA (Amigos de Moçambique Armados) fizeram nos subúrbios durante os tumultos do 7 de Setembro. Foi justamente a sua experiência militar que conferiu ao Galo a capacidade de organização e resistência dos bairros suburbanos contra as investidas dos grupos extremistas.

O grupo Galo e a resistência dos subúrbios

Aurélio Le Bon lembra que depois de ser apresentado como Comando por Gabriela Ventura, o grupo gizou a estratégia de protecção dos bairros

²⁸ Província de Moçambique. Gabinete Militar do Comando-Chefe. Acta da Reunião do Conselho de Defesa Militar da Província de Moçambique, realizada em 6 de Dezembro de 1968. 4.ª reunião de 68. Secreto. AHM/FGG – cx. 4247.2.

suburbanos, que consistia em formar unidades de protecção em cada bairro e controlar as principais entradas.²⁹ Juntaram os muitos jovens que se encontravam agrupados na principal ruela de entrada ao bairro da Mafalala, entre eles o musculado e famoso Isaías Tembe, que se preparavam para uma acção contra os insurrectos do Rádio Clube. Através daqueles jovens foi possível passar a palavra a outros bairros, que rapidamente organizaram os respectivos grupos de patrulha. Muitos dos jovens que faziam parte dos grupos de esclarecimentos nos respectivos bairros assumiram a liderança das unidades de protecção. Por exemplo, Pedro Bule e Chico Seita dirigiram as unidades de Infuleni. Dinis Muhai trabalhou em Xipamanine. Uma das principais prioridades destas unidades era conter os ânimos populares e evitar o saque às cantinas que pertenciam a europeus e asiáticos nas zonas suburbanas. Pretendiam também evitar que a população africana respondesse com violência aos altos de provocação dos colonos extremistas. As unidades também deviam estar atentas a qualquer movimentação dos extremistas, mantendo a Base Galo informada. Betinho Chissano, a quem coube a tarefa de coordenar e recolher as informações sobre os vários bairros e unidades de protecção, recorda:

Eu não saía muito. Era o homem da informação. Trabalhava com o Luís Soares. O Luís Soares é que saía com a Gabriela. Como eles eram todos brancos, iam para todos os lados e não eram desconfiados. E eu é que era o centro de informação. Foi na base desse trabalho de disseminação de informação e de mobilização que nós conseguimos entrar nos Quartéis. Em Boane tínhamos o capitão Aurélio Jeremias. Era o nosso homem no Quartel de Boane. Portanto, tínhamos o Quartel connosco. Os soldados negros em Boane estavam prontos, com armas para entrar a nosso favor caso fosse necessário. Na carreira de Tiro nós tínhamos um *focal point* cujo nome já não me lembro. De tal modo que começamos a receber armamento mais moderno, como bazucas, morteiros, G5, FN. Tudo isso ia para o Manuel Falcão. Essa era a nossa organização. Esse era o nosso trabalho.³⁰

Como ilustra o depoimento de Betinho Chissano, que é corroborado por outras fontes, o grupo Galo conseguiu angariar uma considerável quantidade de armamento vindo dos quartéis da cidade. Na caótica situação em que se encontrava o Exército colonial, muitos soldados e recrutas que apoiavam a FRELIMO facilitaram a saída de armamento para a Base Galo. Apesar do grande aparato de protecção que cobria a Base Galo, o armamento chegava

²⁹ Depoimento de Aurélio Le Bon para o livro sobre a Operação Galo, Maputo, 2012.

³⁰ Betinho Chissano em depoimento a Aurélio Le Bon, Maputo, 2013.

à base sem dificuldades porque muitos dos militares que a levavam eram conhecidos nos bairros suburbanos, onde moravam. Joel Libombo, na altura ao serviço do Exército colonial como Comando, lembra:

Todas aquelas zonas ficaram a saber que haveria um grupo de militares da Tropa Especial. E citavam os nomes de uns de nós que éramos filhos de lá do bairro, que eventualmente passaríamos por lá e que nos deixassem passar. O outro aspecto em que contribuímos sobremaneira foi na captura de armamento desses grupos a quem desarmávamos e levávamos para a base da Mafalala. Levamos muito material.³¹

Para evitarem a infiltração de agentes do inimigo, sobretudo a entrada das caravanas dos colonos extremistas nos subúrbios, o grupo Galo criou senhas e contra-senhas de entrada e saída dos bairros. De acordo com vários depoimentos, as senhas mudavam constantemente.³² No final do dia 8, uma importante decisão foi tomada pela Base Galo, e transmitida a todas as unidades de protecção dos bairros. Todos os bairros deviam observar uma “greve silenciosa.” Os trabalhadores estavam proibidos de rumar ao trabalho no dia seguinte. Segundo Le Bon, a decisão visava evitar qualquer contacto entre africanos e brancos, bem como retirar dos colonos a força de trabalho da qual tanto dependiam.³³ Na manhã do dia 9 (segunda-feira), muitos trabalhadores africanos foram obrigados a regressar a casa pelas brigadas do movimento Galo. A ausência da habitual força de trabalho deve ter alertado os colonos de que algo maior devia estar a ser organizado no interior do “caniço.” O resultado foi catastrófico. Foi justamente nesse dia, 9 de Setembro, que os Dragões da Morte e colonos civis armados de caçadeiras empreenderam um dos mais inconsequentes e brutais ataques aos chamados subúrbios, habitados essencialmente por africanos. Entraram nos subúrbios de táxis e abriram fogo indiscriminadamente contra africanos indefesos. É incerto o número de vítimas deste ataque e incertas as suas reais motivações. É provável que tenha sido uma demonstração de poder para compelir as pessoas a voltarem ao trabalho. Na sua narrativa, Clotilde Mesquitela avança que a direcção do MML não sabia da origem do ataque nem dos seus actores (1977: 109). A ser verdade, isto sugere que os líderes políticos da insurreição no Rádio Clube não tinham controlo das suas facções armadas. O MML era, como escreve Ribeiro Cardoso, “tudo ao sabor do momento, sem qualquer organização ou liderança visíveis.” (2014: 236).

³¹ Joel Libombo em depoimento a Aurélio Le Bon, Maputo, 2013.

³² Miguel da Mata em depoimento a Aurélio Le Bon, Maputo, 2013.

³³ Entrevista com Aurélio Le Bon, Maputo, 20 de Julho de 2012.

Os Dragões da Morte, que apoiavam e protegiam os que estavam na estação da rádio, assumiram sempre uma atitude anti-FRELIMO muito mais radical, e exibiam um racismo mais cru. Pedro Bule relata a forma como viu os ataques dos Dragões da Morte e de colonos civis nos subúrbios:

Eles começaram com tiroteios. Foi no bairro do Jardim onde vi os primeiros tiros, quando ia para casa, no Infulene. Nessa altura as coisas estavam tão complicadas que a gente já não ia à escola. [...] Repara no conceito que os colonos tinham de nós: um povo pacífico, seus empregados, seus moleques, obedientes, pacatos, patetas. Então eles achavam que podiam fazer de nós o que quisessem. Agora, não sei se eles vieram aos bairros aos tiros porque nós, nos nossos bairros, erguemos as bandeiras da FRELIMO e isso lhes causava irritação. Eles não enfrentavam grupos concentrados. Apanhavam um cidadão qualquer e mandavam tiros de pressão de ar, caçadeiras, e feriram muitas pessoas.³⁴

Nos subúrbios, onde muitas casas eram feitas de caniço e “madeira e zinco”, as balas perfuravam as paredes com facilidade e vitimavam mortalmente gente indefesa que procurava abrigar-se dos ataques. O caos estava instalado. O grupo de coordenação na Base Galo emitiu uma segunda ordem. Era preciso barricar todas as entradas dos subúrbios, incluindo a ligação Lourenço Marques-Matola. Nenhum carro devia entrar nos bairros sem ser revistado.³⁵ Pedro Bule recorda o efeito imediato desta decisão:

Bloqueamos a Avenida de Angola. Bloqueamos a Maquinag. Quando se sai da auto-estrada, ali era o nosso limite. No Infulene tem aquela estrada que vem do Estádio da Machava e aquilo tem entradas. Então fizemos barricadas ali. [...] A ordem era não deixar portugueses entrarem nos bairros. Até aí estava tudo tranquilo. Mas a agressão continuou.³⁶

De facto, os ataques dos extremistas continuaram, tornando o trabalho do grupo Galo de conter a ira popular ainda mais difícil. Para além dos ataques, os membros do MML continuavam a incitar ao ataque os elementos da FRELIMO, a partir dos microfones do Rádio Clube. Ché Mafuiane, que se encontrava entre a população enraivecida de Chamanculo, recorda que começaram a ouvir-se vozes entre as multidões de que deviam marchar para a cidade e silenciar os “reaccionários.”³⁷ Segundo Pedro Bule, “com a

³⁴ Pedro Bule em depoimento a Aurélio Le Bon, Maputo, 2013.

³⁵ Entrevista com Aurélio Le Bon, Maputo, 20 de Julho de 2012.

³⁶ Pedro Bule em depoimento a Aurélio Le Bon, Maputo, 2013.

³⁷ Entrevista com Ché Mafuiane, Maputo, 4 de Dezembro de 2014.

continuação da agressão dos colonos reaccionários, perdemos o controle da população. A ira popular fez saltar a tampa. Ficamos na rua com catanas, paus, pedras, ferros e matámos muitos. Parece sanguinário dizer isto hoje, mas estou aqui a retratar um momento real.”³⁸ À medida que a “massa de gente” enraivecida pelos ataques dos extremistas foi crescendo nos subúrbios, progredindo em direcção à cidade de cimento, foi deixando um manto de destruição à sua passagem. As descrições de como alguns colonos foram mortos, em casa, nas cantinas, ou tentando fugir para a África do Sul não deixam de ser chocantes. Pedro Bule lembra um desses actos de revolta:

Vinha um carro e, como a gente tinha aquelas barricadas ali, não passava. Para ser queimado não demorava 30 segundos. Mas não era queimado em pé. Quando o carro chegava rodeávamo-lo, depois levantávamos, virávamos para o ar com os seus passageiros. Queimávamos e toda a gente carbonizava lá dentro. Era muita fúria. Esta estrada para o aeroporto aqui na Avenida de Angola, eram cadáveres, não eram brinquedos, eram cadáveres mesmo. Eu vi uma senhora que estava a andar e, de repente, vi um indivíduo com uma catana a cortá-la. Em pouco tempo a branca havia ficado sem seios. Vi gente a ser queimada. Não foi pouca gente. De repente ficou clara a relação entre nós e os brancos. Os brancos que estavam connosco não sofreram isso porque a gente os conhecia.³⁹

A retomada do Rádio Clube e o fim da insurreição colona

Inicialmente o grupo Galo considerou uma operação militar desenhada por Le Bon que consistia em assaltar a estação da rádio com morteiros e cortar a fonte de electricidade de todo o prédio. Segundo Le Bon, esta operação teve que ser cancelada porque os insurrectos tomaram conhecimento e reforçaram a guarda.⁴⁰ Miguel da Mata, indicado para sabotar a linha de fornecimento da electricidade, ouviu o seu nome pela rádio, em casa da irmã, por onde passara a caminho do local da acção. Através de agentes infiltrados no grupo Galo, os insurrectos haviam sido alertados sobre a operação,⁴¹ o que obrigou Le Bon a esconder Miguel da Mata.⁴²

Na manhã do dia 10, quarto dia da insurreição, ficou claro para o grupo Galo, para o Exército português, bem como para o MML que era emi-nente a chegada da população africana na zona baixa da cidade. O então

³⁸ Pedro Bule em depoimento a Aurélio Le Bon, Maputo, 2013.

³⁹ Cf. nota de rodapé anterior.

⁴⁰ Entrevista com Aurélio Le Bon, Maputo, 20 de Julho de 2012.

⁴¹ Clotilde Mesquitela menciona que a direcção dos revoltosos na rádio deu ordens para se reforçar a protecção de áreas importantes na cidade que estavam sob ameaça de sabotagem (Mesquitela, 1977: 87).

⁴² Miguel da Mata em depoimento a Aurélio Le Bon, Maputo, 2013.

comandante do AB-8 (aeródromo-base 8 anexo ao aeroporto de Lourenço Marques), Tenente-Coronel Jorge Ribeiro Cardoso, recorda o terror que teve quando sobrevoou a cidade capital nessa manhã:

No dia 10 sobrevoei os negros a avançar para a cidade do cimento. Foi de arrepiar: o que se via era milhares de negros a caminhar por todas as estradas que levavam às entradas da Lourenço Marques dos brancos. Pareciam multidões de formigas, aos milhares, a avançar em direcção à cidade. Não se via o chão. Assustador. De lá de cima é que se tinha uma ideia de conjunto do que estava prestes a acontecer. (Cardoso *apud* Cardoso, 2014: 288)

Embora já tivesse recebido indicações de Lisboa para repor a ordem na cidade, o Comando do Exército português em Lourenço Marques não sabia como tomar a rádio. A delicada decisão de invadir a rádio estava nas mãos do Coronel Melo Egídio, Chefe do Estado-Maior do Comando Territorial Sul e do Comando Operacional de Lourenço Marques. Segundo Ribeiro Cardoso, reinava incerteza e indecisão no quartel-general da capital. De facto, “a prioridade da chefia militar era encontrar maneira de silenciar o RCM [Rádio Clube], mas estava-se num beco sem saída porque se queria a todo o custo evitar o que chamavam banho de sangue” (*ibidem*: 247). Nessa mesma manhã do dia 10, de Nampula, onde se encontrava o Comandante-Geral do Exército, General Orlando Barbosa, duas companhias de Comandos haviam sido despachadas para a capital para repor a ordem. A caminho estava também o primeiro grupo de guerrilheiros da FRELIMO que vinha fazer parte da comissão militar conjunta. As duas companhias de Comandos chegaram no mesmo dia à capital. Os guerrilheiros da FRELIMO só chegariam no dia seguinte.

Desconhecendo o impasse do Exército português, Quina Lima, um dos membros da liderança do Galo, decidiu ir ao quartel-general, que fica a alguns minutos de caminhada a partir de Mafalala. Queria falar com o comandante do Exército para o convencer a falar com o grupo da Mafalala. Só com muita insistência é que Quina Lima foi recebido pelo Coronel Melo Egídio. Lima revelou ao chefe militar a existência de uma organização de resistência baseada no bairro da Mafalala que possuía uma senha capaz de parar a multidão e evitar que ela chegasse ao Rádio Clube. Mas apenas a recuperação da rádio permitiria o anúncio da senha e faria com que a multidão recuasse. Lima revelou ainda a capacidade militar do grupo da Mafalala, e alertou que o grupo já estava a equacionar um ataque à rádio com recurso a armas pesadas em sua posse (como morteiros). Preocupado com um possível ataque vindo da Mafalala, para além da eminente chegada

das populações à baixa, Melo Egídio pediu a Lima que chamasse os seus companheiros.⁴³

Na Base Galo, Lima teve primeiro que desculpar-se por ter quebrado o protocolo e ter ido ao quartel-general por iniciativa própria sem ter discutido com o grupo. Sob chefia de Amaral Matos, a liderança do Galo seguiu para o quartel-general. Aurélio Le Bon recorda como foi criada a senha que havia de ser levada à rádio caso a operação desse certo:

Dentro da viatura e prontos para partir, o Betinho Chissano sugeriu que deixássemos orientações para que o comité passasse nas próximas reuniões às outras células. “Pelo menos uma senha que todos fiquem a saber caso tudo corra bem e haja a oportunidade de se difundir pela Rádio.” Amaral Matos concordou e decidimos criar uma senha. “Galo, Galo”, respondeu o Betinho. [...] “Amanheceu!” Sugeriu. “Agora sim, faz sentido. A senha a ser enviada a todos os comités de coordenação e resistência está aprovada: GALO. GALO. AMANHECEU. Vamos embora e desejem-nos sorte e bom trabalho a todos. Sentenciou o chefe Amaral.⁴⁴

Assim surgiu a senha que deu o nome ao grupo da Mafalala. Chegados ao quartel-general, os líderes do Galo foram ouvidos por Melo Egídio. Entre os presentes, Melo Egídio reconheceu Aurélio Le Bon, que fora seu “tropa” quando era comandante da Zona Operacional de Tete (ZOT). Le Bon confirmou a existência da organização sediada na Mafalala e acrescentou que muitos dos seus colegas africanos do batalhão de Comandos faziam parte da resistência. Ainda fez menção à posse de armamento pesado e que alguns dos seus antigos colegas de tropa estavam dispostos a apoiar as populações africanas em caso de fogo aberto vindo dos colonos conservadores.⁴⁵ Convencido, Melo Egídio decidiu lançar o assalto à rádio. Nessa altura já tinha o aval do General Orlando Barbosa, que entretanto havia chegado a Lourenço Marques com duas companhias de pára-quedistas. Melo Egídio apontou Le Bon para dirigir a operação e ordenou que lhe dessem um fardamento de alferes. A ideia era que Le Bon seguisse para o Rádio Clube acompanhado por uma brigada de pára-quedistas, e assim que fosse tomada a rádio assumisse os microfones. Entretanto, os seus companheiros da Mafalala deviam permanecer no quartel.⁴⁶

Entretanto, o desgaste que o MML sofria, e a não-adesão do Exército e do Governo de Portugal à sua causa eram um sinal claro que a sua “revolução”

⁴³ Entrevista com Aurélio Le Bon, Maputo, 20 de Julho de 2012.

⁴⁴ Depoimento de Aurélio Le Bon para o livro sobre a Operação Galo, Maputo, 2012.

⁴⁵ Depoimento de Aurélio Le Bon para o livro sobre a Operação Galo, Maputo, 2012.

⁴⁶ Entrevista com Aurélio Le Bon, Maputo, 20 de Julho de 2012.

havia chegado ao fim. Através do coronel Cunha Tavares (comandante da PSP), Gonçalo Mesquitela, um dos líderes da insurreição, mantinha conversações com o quartel-general. Entretanto os aeroportos já haviam sido recuperados pelo Exército. Dentro da cabine da rádio os líderes do MML já viviam o medo da eminente invasão, e preparavam-se para entregar a rádio, enquanto lá fora as vozes embargadas dos milhares de colonos desesperados entoavam canções da pátria amada e içavam a bandeira das cinco quinas. Passavam já quatro dias e a “revolução” não tinha mais força. Com alguma dificuldade, a brigada de pára-quedistas que acompanhava Le Bon conseguiu abrir caminho até à cabine da rádio, no segundo andar, sem resistência. Dentro da cabine já se estava à espera de um tal representante da FRELIMO que havia de acalmar as populações. Esta entrada no Rádio Clube é descrita por Mesquitela nos seguintes termos:

O coronel Tavares regressa, entretanto, e traz consigo um representante da Frelimo que fora buscar ao Quartel-General, e que vem fardado de alferes do Exército Português (se o não era)... Explica aos presentes na cabine que esse representante da Frelimo vai falar aos camaradas porque, assim, terminarão imediatamente os massacres que se estão a dar em muitos pontos da cidade. Segundo diz o alferes, utilizará uma senha previamente combinada com todos os elementos da Frelimo, que será o sinal para pararem. Confirma assim o que o comité da Revolução tinha suspeitado. Tudo estava combinado entre a Frelimo e as Forças Armadas. (1977: 148)

A clandestinidade da actuação do grupo Galo cimentou a ideia, entre os insurrectos do Rádio Clube, de que era a FRELIMO quem estava a orquestrar a resistência nos subúrbios. Mas a FRELIMO ainda não tinha chegado à cidade capital. Apenas no dia seguinte, a 11 de Setembro, é que os primeiros guerrilheiros da FRELIMO, chefiados por Alberto Chipande, haviam de chegar a Lourenço Marques. Até então o grupo Galo actuou por iniciativa própria, sem orientação directa da FRELIMO. Como refere Chico Seita,

havia uma série de grupos. A FRELIMO um dia vai ter que reconhecer que de fato houve gente anónima que fez uma mobilização terrível. Quer dizer, é diferente ter alguém da FRELIMO que veio de Dar-es-Saalam. Nós não tínhamos nada disso. Ali no Infulene não conheci ninguém da FRELIMO. Éramos nós apenas.⁴⁷

A entrada de Le Bon no Rádio Clube foi muito facilitada pela sua camuflagem, como militar português, que lhe garantiu as necessárias credenciais.

⁴⁷ Chico Seita em depoimento a Aurélio Le Bon, Maputo, 2013.

Mas tal disfarce não havia de durar muito tempo. A situação dentro da cabine era bastante tensa e podia explodir a qualquer momento. Como Le Bon recorda, “coloquei-me junto de uma G-5 que estava encostada na parede para me defender caso algo corresse mal.”⁴⁸ Ricardo Saavedra (1975: 67) e Clotilde Mesquitela (1977: 148-149) oferecem com detalhe o discurso, interrompido de música de quando em vez, que Le Bon proferiu quando assumiu os microfones:

O alferes, com uma voz perfeitamente controlada, começa a sua alocução. “Galo, galo, galo amanheceu. Peço a todos os camaradas que se dirijam ordeiramente e com a maior calma possível para todos os pontos da cidade, a fim de controlarem as massas que se dirigem para o centro da cidade... Galo, galo, galo amanheceu. Galo amanheceu. [...] Calma, honraria, um desejo intenso de construir Moçambique, de acordo com o programa assinado no dia sete de Setembro em Lusaka, passa a ser a palavra de ordem para o povo todo de Moçambique, a partir deste momento... O Rádio Clube de Moçambique foi entregue às forças policiais que o colocaram sob controlo das Forças Armadas, a quem compete garantir a paz ao povo de Moçambique, até à entrada em exercício, em breve, do novo governo para Moçambique, cuja constituição ficou estabelecida em Lusaka. Viva o Presidente de Portugal. Viva António Spínola. Viva Samora Machel. Atenção, camaradas. Galo, galo amanheceu. Foi esta a senha combinada por todos os camaradas. Dêem a vossa ajuda. Viva o Presidente Samora Machel. Viva o Presidente António Spínola.

Os vivas a Samora Machel e a credibilização dos acordos de Lusaka acabaram com o disfarce de Le Bon. O Coronel Cunha Tavares regressou à cabine da rádio aos gritos, “fomos traídos! Fomos traídos! A senha do *Galo, galo amanheceu* é a ordem de ataque. Nos sítios indicados nestas mensagens já estão a ser massacradas todas as pessoas. Será impossível detê-los” (Mesquitela, 1977: 149). De imediato, um dos jovens insurrectos, “ao ouvir isto, dispara o seu revólver, mas tão nervoso estava que não acertou no frelino” (*ibidem*). Le Bon recorda que conseguiu escapar pulando pela janela e correndo para a sede da polícia que fica a um bloco da estação da rádio.⁴⁹ No entanto, a essa altura, a operação não podia ser mais interrompida. Na verdade, o que alarmara o Coronel Tavares eram as notícias que chegavam dando conta de que as populações enfurecidas se aproximavam da estação da rádio e que tinham deixado um manto de destruição e morte pelo caminho.

⁴⁸ Entrevista com Aurélio Le Bon, Maputo, 20 de Julho de 2012.

⁴⁹ Entrevista com Aurélio Le Bon, Maputo, 20 de Julho de 2012. Segundo Mesquitela Le Bon foi protegido pelo Coronel Tavares e foi por ele escoltado para fora da cabine (1977: 149).

O quartel-general reforçou as ordens e um grupo de pára-quedaistas foi enviado para tomar a rádio à força, enquanto Le Bon regressava pela segunda vez ao Rádio Clube, para repetir o apelo.⁵⁰

De novo na cabine Le Bon assumiu o comando dos microfones e anunciou que o “golpe” tinha acabado. Nessa altura toda a liderança do MML já havia abandonado a Rádio. Fora da estação da rádio as tropas dispersaram as largas centenas de manifestantes pró-MML que ainda se mantinham no local. Le Bon continuou ao comando dos microfones enquanto esperava que locutores profissionais chegassem à estação. “Depois de acalmar as populações, não sabia o que fazer com o microfone. Tentei dizer mensagens de paz e independência, mas não conhecia as palavras de mobilização e canções da FRELIMO. Entretanto as pessoas lendo o Acordo de Lusaka que tinha sido publicado no *Diário de Notícias*.”⁵¹

Um dos aspectos importantes desta história é a forma como o discurso de Le Bon conseguiu parar a marcha da população africana em direcção ao Rádio Clube. Há poucos dados sobre este ponto em concreto. Certamente a senha *Galo, galo amanheceu* que os líderes do grupo de resistência da Mafalala deixaram com o responsável pela informação, Betinho Chissano, foi rapidamente espalhada entre os vários núcleos de protecção dos bairros, que também se encontravam com a massa popular que se dirigia à baixa da cidade. Algumas pessoas tinham aparelhos de rádio portáteis entre a multidão, e assim que ouviram a senha e o discurso de Le Bon aperceberam-se de que o “golpe” tinha acabado, como afirma um dos dirigentes dos núcleos de protecção dos bairros, Dinis Muhai:

Avançamos com o grupo para a Praça 21 de Outubro, que antes era Praça João Albasini. Foi onde parámos quando o Aurélio Le Bon grita o Galo Amanheceu na Rádio Clube. Tínhamos os nossos rádios a escutar. Nós tínhamos o Fernando Sumbana e o António Sumbana que faziam a conexão com a Base Galo na Mafalala. Então pronto, terminou.⁵²

Quando o primeiro contingente da FRELIMO chegou à cidade, no dia 11 de Setembro, Le Bon ainda estava de uniforme e a situação tinha

⁵⁰ Entrevista com Aurélio Le Bon, Maputo, 20 de Julho de 2012.

⁵¹ Ainda no quartel-general, um oficial do Exército havia sugerido que Le Bon levasse consigo o jornal. Entrevista com Aurélio Le Bon, Maputo, 20 Julho de 2012.

⁵² Dinis Muhai em depoimento a Aurélio Le Bon, Maputo, 2013. Eugénio Lisboa lembra: “um dos momentos mais emocionantes da minha vida foi quando eu ouvi, e nem queria acreditar, aquela mensagem mágica ‘Atenção, atenção, Galo amanheceu, Galo amanheceu’, aí comecei a acreditar que iríamos sobreviver” (Cardoso, 2014: 307).

começado a voltar à normalidade, embora muito tenuemente. Foram justamente os líderes do grupo Galo que receberam Alberto Chipande e Bonifácio Gruveta, os responsáveis do primeiro contingente de guerrilheiros da FRELIMO que vinha integrar a Comissão Militar Mista preconizada no Acordo de Lusaka.

Conclusão

Este artigo parte da assunção de que o processo histórico que culminou com a descolonização e independência de Moçambique foi mais complexo e multifacetado e envolveu muito mais atores cujas posições políticas não cabem na simples oposição binária imposta pela “narrativa de libertação” que domina a historiografia de Moçambique contemporâneo (Borges Coelho, 2014: 23). No período conturbado da transição marcado pelos tumultos de 7 de Setembro, as fronteiras entre nacionalista e colonialista, revolucionário e reaccionário, militar e civil, herói e traidor (que definem e animam a narrativa de libertação) eram muito porosas. Os mecanismos de mobilização e a actuação do grupo Galo da Mafalala devem ser vistos não como simples extensão do nacionalismo revolucionário da FRELIMO, mas como resultado do agenciamento das elites africanas de Lourenço Marques, animadas por um imaginário político próprio e mais moderado. As tensões entre este imaginário político e o exclusivismo revolucionário da liderança da FRELIMO vieram à superfície logo depois da proclamação da independência nacional. Por terem actuado sempre na “zona do inimigo” (o espaço urbano), as elites africanas que militaram na clandestinidade foram vistas pela FRELIMO com desconfiança. A sua integração nas fileiras do partido de vanguarda só seria permissível depois de uma triagem (corajosos vs. vacilantes, heróis vs. traidores, militantes vs. comprometidos) e de um processo de purificação através da reeducação política e moral. O próximo projecto, continuação deste, procurará examinar as dinâmicas da tensa (e muitas vezes violenta) colisão entre a visão política moderada das elites africanas urbanas e o exclusivismo revolucionário da FRELIMO no processo de construção do Estado-nação em Moçambique independente.

Referências bibliográficas

- Alexander, Jocelyn (2011), “Nationalism and Self-Government in Rhodesian Detention: Gonakudzingwa, 1964-1974”, *Journal of Southern African Studies*, 37(3), 551-569.
- Bernardo, Manuel Amaro (2003), *Combater em Moçambique: Guerra e descolonização, 1964-1975*. Lisboa: Prefácio.

- Borges Coelho, João Paulo (1998), “Um itinerário histórico da Moçambicanidade”, in Fernando Rosas; M. F. Rollo (coords.), *Portugal na viragem do século. Língua Portuguesa: A herança comum*. Lisboa: Pavilhão de Portugal – Expo’ 98/Assírio & Alvim, 87-126.
- Borges Coelho, João Paulo (2002), “African Troops in the Portuguese Colonial Army, 1961-1974: Angola, Guinea-Bissau and Mozambique”, *Portuguese Studies Review*, 10(1), 129-150.
- Borges Coelho, João Paulo (2003), “Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta: Sobre um legado das Guerras Coloniais nas ex-colónias portuguesas”, *Lusotopie*, 175-193.
- Borges Coelho, João Paulo (2014), “Politics and Contemporary History of Mozambique”, *Kronos*, 39, 20-31.
- Bragança, Aquino de (1986), “Independência sem descolonização: A transferência do poder em Moçambique, 1974-1975. Notas sobre os seus antecedentes”, *Estudos Moçambicanos*, 5/6, 7-28.
- Branch, Daniel (2009), *Defeating Mau Mau, Creating Kenya: Counterinsurgency, Civil War, and Decolonization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Brito, Luís de (1991), “Le Frelimo et la construction de l’Etat National au Mozambique”. Tese de doutoramento apresentada à Université de Paris 8, Paris, França.
- Butman, Fran (2003), *Robben Island and Prisoner Resistance to Apartheid*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cardoso, Ribeiro (2014), *O fim do Império. Memória de um soldado português: O 7 de Setembro de 1974 em Lourenço Marques*. Alfragide: Caminho.
- Chabal, Patrick (1994), *Vozes moçambicanas: Literatura e nacionalidade*. Lisboa: Veja.
- Couto, Fernando (2011), *Moçambique 1974: O fim do Império e o nascimento da nação*. Lisboa: Caminho.
- Crespo, Victor (1984), “Descolonização de Moçambique”, in *Seminário 25 de Abril, 10 Anos Depois*. Associação 25 de Abril, 4-5 Maio 1984. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 319-337.
- Cruz e Silva, Teresa (1990), “A ‘IV Região’ da Frelimo no Sul de Moçambique: Lourenço Marques, 1964-65”, *Estudos Moçambicanos*, 8, 125-141.
- Darch, Colin; Hedges, David (1998), “‘Não temos a possibilidade de herdar nada de Portugal’: As raízes do exclusivismo e vanguardismo político em Moçambique, 1969-1977”, in G. V. Boas (org.), *Territórios da língua portuguesa. Culturas, sociedades, políticas*. Rio de Janeiro: UFRJ-IFICS, 135-149.
- Fanon, Frantz (2004), *The Wretched of the Earth*. New York: Grove Press.
- Hedges, David; Rocha, Aurélio (1999), “Moçambique durante o apogeu do colonialismo português, 1945-1961: A economia e a estrutura social”, in David Hedges (coord.), *História de Moçambique, Volume 2: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*. Maputo: Livraria Universitária, 129-195 [2.^a ed.].
- Honwana, Raúl Bernardo (2010), *Memórias*. Maputo: Marimbiqwe.

- Machava, Benedito (2011), “State Discourse on Internal Security and the Politics of Punishment in Post-Independence Mozambique (1975-1983)”, *Journal of Southern African Studies*, 37(3), 594-609.
- Mboa, Matias (2009), *Memórias da luta clandestina*. Maputo: Marimbique.
- Manghezi, Nadja (2001), *O meu coração está nas mãos de um negro: Uma história de vida de Janet Mondlane*. Maputo: CEA [2.ª ed.].
- Matos, Amaral (1991), “Crónica oral histórica”, in Alexandrino José; Paula Maria Meneses (orgs.), *Moçambique 16 Anos de historiografia*. Maputo: Notícias, 125-132.
- Mesquitela, Clotilde (1977), *Moçambique 7 de Setembro: Memórias da revolução*. Lisboa: A Rua.
- Mussanhane, Ana Bouene (2012), *Protagonistas da luta de Libertação Nacional*. Maputo: Marimbique.
- Passos, Inácio de (1977), *Moçambique: A escalada do terror*. Braga: Literal.
- Peixoto, Carolina; Meneses, Maria (2013), “Domingos Arouca: Um percurso de militância nacionalista em Moçambique”, *Topoi*, 14 (26), 86-104.
- Penvenne, Jeanne (1995), *African Workers and Colonial Racism: Mozambican Strategies for Survival in Lourenço Marques, Mozambique 1877-1962*. Portsmouth: Heinemann.
- Peterson, Derek (2008), “The Intellectual Lives of Mau Mau Detainees”, *Journal of African History*, 49, 73-91.
- Reis, João; Muiane, Armando (1975), *Datas e documentos da história da FRELIMO*. Maputo: Imprensa Nacional.
- Rita-Ferreira, António (1988), “Moçambique Post-25 de Abril: Causas do êxodo da população de origem europeia e asiática”, in *Moçambique: Cultura e história de um país. Actas da V Semana da Cultura Africana*. Universidade de Coimbra: Instituto de Antropologia, 121-169.
- Saavedra, Ricardo (1975), *Aqui, Moçambique livre!* Johannesburg: Livraria Moderna.
- Santos, António de Almeida (2006a), *Quase memórias: Do colonialismo e da descolonização. Vol. 1*. Lisboa: Casa das Letras.
- Santos, António de Almeida (2006b), *Quase memórias: Da descolonização de cada território. Vol. 2*. Lisboa: Casa das Letras.
- Sopa, António (2013), *A alegria é uma coisa rara: Subsídio para a história da música popular urbana em Lourenço Marques (1920-1975)*. Maputo: Marimbique.
- Souto, Amélia (2007), *Caetano e o ocaso do Império: Administração e a Guerra Colonial em Moçambique durante o marcelismo*. Lisboa: Afrontamento.
- Souto, Amélia (2011), “Moçambique no período da descolonização portuguesa (1973-1974): Que descolonização?” in Augusto Nascimento, Aurélio Rocha e E. Rodrigues (orgs.) *Moçambique: Relações históricas regionais e com países da CPLP*. Maputo: Alcance, 183-226.
- Souto, Amélia (2014), “Memory and Identity in the History of Frelimo: Some Research Themes”, *Kronos*, 39, 280-296.

Tembe, Joel das Neves; Gaspar, Napoleão (2014), “O contexto colonial e a génese do movimento nacionalista”, in Joel das Neves Tembe (coord.), *História da Luta de Libertação Nacional, Volume 1*. Maputo: Ministério dos Combatentes, Direcção Nacional de História, 9-84.

Thomaz, Omar Ribeiro; Nascimento, Sebastião (2012), “Nem Rodésia, nem Congo: Moçambique e os dias do fim das comunidades de origem europeia e asiática”, in Cláudia Castelo, et al (orgs.) *Os outros da descolonização: Ensaio sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa: ICS, 315-339.

Artigo recebido a 11.09.2014

Aprovado para publicação a 13.02.2015

Benedito Machava

Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane
Praça 25 de Junho, 257 Maputo, Maputo C. P. 257, Moçambique
Contacto: benma@umich.edu
